

Calango IV

Calango 4 Energia Renovável S.A. CNPJ nº 12.106.862/0001-82 Companhia Fechada



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

Senhores Acionistas,

A Administração da **CALANGO 4 Energia Renovável S.A.**, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2013. **A Administração.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	Notas	31/12/12	31/12/11		Notas	31/12/12	31/12/11
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.083	219	Fornecedores	7	686	-
Títulos e valores mobiliários	4	1	1	Impostos e contribuições a recolher	9	156	-
Impostos e contribuições a recuperar	5	120	-	Dividendos e juros sobre capital próprio	10	80	-
TOTAL DO CIRCULANTE		20.204	220	Partes relacionadas	12	233	-
				TOTAL DO CIRCULANTE		1.155	-
				NÃO CIRCULANTE			
NÃO CIRCULANTE				Empréstimos e financiamentos	8	23.586	-
Títulos e valores mobiliários	4	843	-	Partes relacionadas	12	-	508
Imobilizado	6	32.431	290	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		23.586	508
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		33.274	290	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social		28.478	1
TOTAL DO ATIVO (TERMINA NA LINHA 46)		53.478	510	Reservas de lucros		18	1
				Proposta de distribuição de dividendos adicionais		241	-
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	28.737	2
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.478	510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Lucros Acumulados	Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1	1	(1)	-	-	1
Aumento de capital	28.477	-	-	-	-	28.477
Lucro líquido do exercício	-	-	339	-	-	339
Destinações:						
Dividendos propostos	-	-	(321)	241	-	(80)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	28.478	1	17	241	241	28.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A empresa Calango 4 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% Força Eólica do Brasil, uma *joint venture* entre a Neoenergia (50%) e a Iberdrola (50%). Calango 4 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 4, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas da Aneel em 2010. Está localizado nos municípios de Bodó/Santana do Matos (RN) com operação prevista para o segundo semestre de 2013. Este parque eólico conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 12,79 MW médios.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 30/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/12	31/12/11
RECEITA LÍQUIDA	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS	-	-
LUCRO BRUTO	-	-
LUCRO OPERACIONAL	-	-
Receitas financeiras	500	1
Despesas financeiras	(24)	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	476	1
Imposto de renda e contribuição social	(137)	-
Corrente	(137)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	339	1
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	-	-
Ordinária	0,01	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	31/12/12	31/12/11
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (antes dos impostos)	476	1
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	476	1
IR e CSLL a recuperar	(134)	-
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(43)	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(177)	-
Fornecedores	686	-
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	96	1
Partes relacionadas	(275)	508
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(20)	-
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	487	509
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	786	510
Aquisição de imobilizado	(31.661)	(290)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(843)	(1)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(32.504)	(291)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	-	-
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	51.582	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19.864	219
Caixa e equivalentes no início do exercício	219	-
Caixa e equivalentes no final do exercício	20.083	219
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	19.864	219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Continuação

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Em 2012 as alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") com base no lucro real são de 25% e 9%, respectivamente.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até às datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.7. - Empréstimos, financiamentos

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.8. - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPN 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.9. - Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

2.10. - Novos Pronunciamentos Contábeis

2.10.1. - Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: ICPN 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia. CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.10.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/12	31/12/11
Caixa e depósitos bancários à vista	53	20
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
Fundos de investimento	20.030	199
Total	20.083	219

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Conterivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

4 Títulos e Valores Mobiliários

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	844	1
Total				844	1
Circulante				1	1
Não circulante				843	-

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

5 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	60	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	17	-
Imposto Sobre Serviços - ISS		43	-
Total		120	-

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipado corresponde aos montantes recolhidos quando das apurções tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

6 Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	31/12/12		31/12/11
	Custo	Valor líquido	Valor líquido
Em curso			
Terrenos	208	208	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.736	3.736	-
Adiantamento a fornecedores	27.300	27.300	-
Outros	1.187	1.187	290
	32.431	32.431	290
Total	32.431	32.431	290

(a) O saldo é referente ao adiantamento para o contrato de fornecimento de equipamentos e serviços essenciais para a construção dos parques eólicos.

(b) A rubrica "A reatear", destina-se ao reconhecimento dos custos realizados em benefícios da obra, que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo tipo de bem ou direito. A atual administração entende que a alocação dos custos será realizada na iminência de entrada em operação da usina; os custos serão rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo, salvas as particularidades e naturezas dos custos a reatear.

A movimentação do Imobilizado está apresentada a seguir:

	Em curso		Total
	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	290	290	290
Adições	32.141	32.141	32.141
Saldos em 31 de dezembro de 2012	32.431	32.431	32.431

7 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	31/12/12	31/12/11
Fornecedores		
Materiais e serviços	686	-
Total	686	-
Circulante	686	-

8 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia obteve junto ao Banco do Brasil contrato de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, assinado em 3 de julho de 2012, e aditivo nº 1 ao contrato, assinado em 18 de dezembro de 2012, destinado à implantação da central geradora eólica Calango 4 na localidade de Bodó/RN, com capacidade instalada de 30 MW e com 15 aerogeradores G90 fornecidos pela empresa Gamesa Eólica do Brasil, cujas condições contratuais são as seguintes:

Composição da dívida	Taxa efetiva	Principal	Total
		Não circulante	31/12/12
Banco do Brasil	TJLP + 1,93% a.a.	23.586	23.586
Total		23.586	23.586

A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 9 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de maio de 2014. A operação tem garantia da Neoenenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 23.105.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/12
	Total líquido
2014	983
2015	1.474
2016	1.474
2017	1.474
Após 2017	18.181
Total	23.586

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional	
	Não circulante	Total
Ingressos	23.105	23.105
Encargos	481	481
Saldos em 31 de dezembro de 2012	23.586	23.586

9 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/12
Circulante	
Imposto de Renda - IR	52
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	43
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	36
Imposto Sobre Serviços - ISS	25
Total	156

A seguir é apresentada reconciliação da despesa (receita) dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Acumulado		
	31/12/12	31/12/11	
	IR	CSLL	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	476	476	1
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	476	476	1
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	119	43	-
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:			
(-) Excluídas			
Outras excluídas	(25)	-	-
	(25)	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	94	43	-

10 Dividendos

	31/12/12	31/12/11
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	28.478	-
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	339	-
Absorção de prejuízo acumulado	(1)	-
Constituição da reserva legal	(17)	-
Base de cálculo do dividendo	321	-
Dividendos mínimos obrigatórios	80	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Dividendos propostos	80	-

A formação dos saldos é como segue:

	31/12/12
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Propostos	80
Saldos em 31 de dezembro de 2012	80

11 Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2012 R\$ 28.478 (R\$ 1 em 2011).

A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

Acionistas	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	%
Força Eólica do Brasil S.A.	28.478	100,00
Total	28.478	100,00
	R\$ Mil	
	Ações Ordinárias	%
Acionistas	Única	%
Força Eólica do Brasil S.A.	28.478	100,00
Total	28.478	100,00

12 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Empresas	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CELPE	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	71	-	-	-	-
	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	11	-	-	-	-
ITAPEBI	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	11	-	-	-	-
	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	111	-	-	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	Dividendos	-	-	80	-	-	-
	Reembolso de Despesa	-	-	233	-	-	-
		-	-				